



RTEP
REVISTA ISSN: 2316-1493
TURISMO
ESTUDOS & PRÁTICAS

**PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES**

*CULTURAL HERITAGE AND COMMUNITY-BASED TOURISM IN QUILOMBOLA
COMMUNITIES: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES*

Almir Félix Batista de Oliveira¹
Carla Stefânia Cabral de Medeiros Santana²
Idiamara Nascimento de Freitas³

RESUMO: Este artigo tem por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações entretidas entre a preservação do Patrimônio Cultural através da prática do Turismo de Base Comunitária em Comunidades Quilombolas, procurando observar e discutir os possíveis desafios e as possíveis oportunidades para tal empreitada. A metodologia para o intento de tal objetivo, para além das necessárias revisões bibliográficas, consiste em uma pesquisa qualitativa, exploratória, com imersão à Comunidade Quilombola Negros do Riacho pertencente a cidade de Currais Novos (RN). Para tanto, a partir de uma observação participante e interações com a comunidade em estudo foi possível o diálogo com lideranças e artesãos da comunidade a fim de compreender as possíveis aspirações e formas de empoderamento através da prática do Turismo de Base Comunitária, possibilitando a preservação do saber-fazer, das práticas e manifestações culturais, portanto do patrimônio cultural, pertencente a estes e os possíveis desafios e oportunidades para o desenvolvimento de um projeto com cunho turístico que venha a promover ganhos econômicos, sociais e trocas culturais entre visitantes e visitados. **Palavras-chave:** Patrimônio cultural imaterial; Turismo de Base Comunitária; Comunidades Quilombolas; Desenvolvimento.

¹ Formado em Administração de Empresas, mestre e doutor em História. Professor Visitante do DETUR/PPGTUR/CCSA/UFRN.

² Graduada e mestre em Turismo. Doutoranda em Turismo pelo PPGTUR/CCSA/UFRN.

³ Graduada e mestre em Turismo. Doutoranda em Turismo pelo PPGTUR/CCSA/UFRN.



ABSTRACT: The aim of this article is to examine (investigate, characterize and understand) the relationships between the preservation of Cultural Heritage through the practice of Community-Based Tourism in Quilombola Communities, seeking to observe and discuss the possible challenges and opportunities for such an undertaking. The methodology for achieving this objective, in addition to the necessary bibliographical reviews, consists of qualitative, exploratory research, with immersion in the Negros do Riacho Quilombola Community in the city of Currais Novos (RN). To this end, through participant observation and interactions with the community under study, it was possible to talk to community leaders and artisans in order to understand the possible aspirations and forms of empowerment through the practice of Community-Based Tourism, enabling the preservation of know-how, cultural practices and manifestations, and therefore of the cultural heritage belonging to them, and the possible challenges and opportunities for the development of a tourism project that will promote economic and social gains and cultural exchanges between visitors and those visited. **Keywords:** Intangible cultural heritage; Community-Based Tourism; Quilombola Communities; Development.

“Não, num diga, Voismicê que é Seu Vitalino? O senhor que é Mestre Vitalino?

Sim senhora, sou eu mesmo

Mas eu tô com essa..., essa porcaria que eu comprei noutra barraca ali que era de Mestre Vitalino e Mestre Vitalino é o senhor

Tem nada não dona, tem nada não, é tudo a mesma coisa.

Mas os bonecos, esses aqui, foram o senhor que fez? Foi o senhor que fez esses bonecos aqui? Esses foi o senhor que fez?

Não senhora

Então não é de Mestre Vitalino.

Tem nada não, minha senhora. Tudo colega. Tudo irmão”.

Trecho da música A Feira de Caruaru gravada ao vivo em 1972 por Luiz Gonzaga.

INTRODUÇÃO

O diálogo de entrada (epígrafe) desse artigo constitui-se em uma conversa hipotética entre uma senhora (possivelmente uma turista em visita a cidade de Caruaru – PE) e o Senhor Vitalino Pereira dos Santos, mais conhecido como Mestre Vitalino (considerado um dos maiores artista a trabalhar com o barro no Brasil, Vitalino, além de artesão e ceramista popular, também era músico – tocador de pífano). O diálogo ocorre em meio a música “A Feira de Caruaru” de autoria do caruaruense Onildo Almeida e gravada⁴ por Luis Gonzaga. Essa versão consta do show realizado no ano de 1972 no Teatro Tereza Raquel na cidade do Rio de Janeiro.

Por qual ou quais motivos nós iniciamos esse artigo usando de tal recurso? Primeiramente para demonstrarmos a simplicidade do Mestre Vitalino que com toda a sua produção artística (inclusive já reconhecido nacionalmente e internacionalmente) nunca deixou de compartilhar os seus conhecimentos na arte de modelar o barro e incentivar os vizinhos ceramistas do Alto do Moura⁵ a adentrarem na produção de arte

⁴ Luiz Gonzaga em meio ao cantar da música encena alguns papeis e entre esses o da senhora que supostamente compra a arte o Mestre Vitalino na banca de outro artesão e quando o encontra pessoalmente se diz enganada e o papel do Mestre que ao saber do ocorrido a consola dizendo que não tem problema pois ali são todos igualmente artesãos e para além disso são todos “irmãos”. O show foi gravado ao vivo e denominado – Luiz Gonzaga Ao Vivo – Volta Para Curtir.

⁵ O Alto do Moura é um bairro da cidade de Caruaru no Estado de Pernambuco. No local encontra-se o maior Centro de Arte Figurativa das Américas. Encontram-se lá também: Casa Museu Mestre Vitalino, o



figurativa ou na confecção dos famosos “bonequinhos de barro”. Nunca se considerou artista, mesmo popular ou muito menos mestre, pois o que representava de forma expressionista era o dia a dia, era o cotidiano da vida que considerava comum e assim como a sua arte servia para garantir a sobrevivência dos seus, essa mesma arte poderia em sendo ensinada garantir a sobrevivência de muitos outros.

Em segundo lugar para demonstrarmos que o patrimônio cultural está para além do que se convencionou denominar de **pedra e cal** (Fonseca, 2003) enquanto forma a ser protegido e preservado⁶. Ao longo do século XX foram sendo incorporadas novas tipologias patrimoniais que mereciam ser protegidas a exemplo do patrimônio natural ou mesmo patrimônios representativos de outras religiosidades tão presentes na formação cultural brasileira como praticadas cotidianamente a exemplo do tombamento do Terreiro de Candomblé da Casa Branca na cidade de Salvador, culminando com a proteção do patrimônio cultural imaterial ou com a elevação das paisagens culturais a bens a serem preservados.

Em terceiro lugar e sem querermos cometer anacronismo, podemos afirmar que a experiência do Mestre Vitalino (ensinamento e compartilhamento de uma produção artística para bem da comunidade e possível geração de ganhos para o desenvolvimento local) pode ser considerada uma experiência se não *à la lettre* de Turismo de Base Comunitária, muito próxima deste. Expliquemo-nos. Foi uma proposta que levou em consideração a valorização da história e da cultura local, que buscou o protagonismo e o desenvolvimento comunitário (hoje são por volta de 700 artesãos que vivem da produção de arte figurativa através da modulação do barro), que promoveu e até hoje promove a partilha cultural, promoveu e promove o dinamismo cultural, entre outras variáveis que definem essa forma de turismo.

Observando a experiência do Mestre Vitalino, seu legado como exemplificação do que pode ser considerado como patrimônio cultural e tomando como referência as características que permeiam o Turismo de Base Comunitária e o seu papel na preservação e valorização da história e da cultura local (entre outras), conformando-se também em preservação dos patrimônios pertencentes às diversas comunidades, sejam elas indígenas, ribeirinhos e tradicionais, este artigo tem por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações entretidas entre a preservação do Patrimônio Cultural através da prática do Turismo de Base Comunitária em Comunidades Quilombolas, procurando observar e discutir os possíveis desafios e as possíveis oportunidades para tal empreitada.

A metodologia para o intento de tal objetivo, para além das necessárias revisões bibliográficas, consiste em uma pesquisa qualitativa, exploratória, com imersão realizada à Comunidade Quilombola Negros do Riacho pertencente a cidade de Currais Novos (RN). Para tanto, a partir de uma observação participante e interações com a comunidade em estudo, foi possível o diálogo com lideranças e artesãos da comunidade a fim de compreender as possíveis aspirações e formas de empoderamento através da prática do Turismo de Base Comunitária, possibilitando a preservação do saber-fazer, das práticas e manifestações culturais, portanto do patrimônio cultural, pertencente a estes e os possíveis desafios e oportunidades para o desenvolvimento de um projeto

Memorial Mestre Galdino, o Memorial Manuel Eudócio, bem como os ateliês de diversos mestres ceramistas que aí desenvolvem suas atividades artesanais.

⁶ Mesmo reconhecendo que para as formas construtivas denominadas de patrimônio em pedra e cal era necessário um conhecimento técnico aprendido formalmente nas escolas técnicas ou universidades ou passadas de geração em geração pelos mestres aos seus descendentes.



com cunho turístico que venha a promover ganhos econômicos, sociais e trocas culturais entre visitantes e visitados.

DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Há mais de duas décadas, precisamente no dia 04 de agosto do ano de 2000 foi promulgado o Decreto 3.551 que instituía o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, bens que poderiam fazer parte da lista patrimônio cultural brasileiro, também criava o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial além de dar outras providências necessárias para a preservação do nosso patrimônio. Com este decreto complementava-se assim com a outra vertente, o imaterial, os tipos de patrimônios existentes no Brasil, já que o patrimônio material tinha sua proteção garantida pelo Decreto 25 de 30 de novembro de 1937.

Por décadas a proteção/preservação do patrimônio cultural brasileiro recaiu sobre os bens de natureza material e nesse sentido as construções arquitetônicas (primeiro as dos estilos barroco e modernista sendo incorporado posteriormente outros estilos a exemplo do neoclássico), os monumentos, os fortes e fortificações⁷, as igrejas seculares entre outros bens patrimoniais eram escolhidos para representar homogeneamente toda a sociedade brasileira, na maioria das vezes escamoteando disputas, divergências, diferentes formas de pensar a nação e o contar das histórias dos diversos grupos participantes da mesma.

Esses processos de proteção/preservação ora eram justificados pelo fato dos bens a serem preservados estavam se perdendo ou se deteriorando ao longo do tempo por falta de cuidados seja dos poderes públicas responsáveis pelos mesmos, seja pelos próprios proprietários quando se tratava de bens privados, ora justificava-se a necessidade do tombamento desses exemplares por conta da especulação imobiliária que a tudo queria destruir para a construção dos novos arranha céus e promover a “modernização” das cidades, ora justificava-se por se tratarem de exemplares que tendo sobrevivido ao tempo eram/carregavam a capacidade de contar a história não só do país como também dos grupos ou das elites que sempre conduziram o Brasil no “caminho certo”.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 3551 de 04 de agosto do ano de 2000 formalizaram juridicamente a possibilidade de proteção/preservação de novas formas de patrimônio no Brasil⁸. Evidentemente que

⁷ Atualmente um conjunto de 19 fortes e fortalezas construídos para garantir a posse das terras brasileiras frente aos povos nativos bem como evitar a invasão por nações estrangeiras fazem parte de uma solicitação do Governo Brasileiro por intermédio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO para serem incluídas na listagem e reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade.

⁸ Gostaríamos de ressaltar o processo de ampliação dos tipos de patrimônios preservados pelo IPHAN ao longo da sua história. Inicialmente com os bens imóveis, monumentos, estatuária, pinturas, objetos e documentos. Seguiu-se a incorporação da preservação do patrimônio natural (a exemplo dos sambaquis). Podemos também chamar de ampliação a preocupação não somente com bens imóveis isolados, mas também com a preservação de áreas entorno desses mesmos bens e aí podemos incluir a preocupação com os centros históricos das cidades mais antigas do país. Nessa perspectiva, podemos incluir como forma de ampliação os tombamentos na década de 1980 da Serra da Barriga (em Alagoas) e do Terreiro da Casa Branca (em Salvador – BA) como novos objetos de preservação, principalmente por levar em conta outras formas de religiosidade e de identidade histórica. Na sequência teremos a preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro através do registro e já posteriormente a essa forma (a título de informação) a preservação do patrimônio por meio da chancela das denominadas paisagens culturais.



esse arcabouço legal não foi conseguido sem lutas, sem reivindicações realizadas por diversos grupos anteriormente subalternizados. Grupos que reivindicavam novas memórias, novas histórias e conseqüentemente novos e diversos patrimônios. Esse novo arcabouço legal também propiciou a ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural, pois trazia em seu bojo a inclusão de questões de suma importância para se pensar os diversos patrimônios, assim como a sua preservação.

Essa nova formatação trouxe uma nova denominação para o patrimônio que deixava de ser “patrimônio histórico e artístico nacional” para passar a ser denominado de “patrimônio cultural brasileiro”, ampliava o que deveria ser preservado pois deixava de ser “o conjunto dos bens móveis e imóveis” para passar a ser “os bens de natureza material e imaterial”, assim como alterava de forma muito significativa os motivos pelos quais se protegia e preservava, pois deixava de ser somente os bens (e que a princípio ou para a época não parecia ser pouco, porém já se mostrava limitada) cuja “conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” e passou a ser os bens “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (proposição sintomaticamente mais ampla e que abarcava a grande diversidade cultural brasileira).

No âmbito das ampliações e da possibilidade real de democratização dos conceitos, viabilizando a efetiva inclusão de outros patrimônios representativos dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira foi possível inclusive o uso de definições que considerava patrimônio bens materiais e imateriais que mesmo não protegidos por órgão oficiais tivessem no reconhecimento dos grupos o seu sentido de pertencimento e portanto seriam preservados pelos mesmos, como a que se segue e que será usada como lastro para esse artigo:

Um bem ou conjunto de bens de caráter material ou imaterial (um objeto, um monumento edificado, uma festa, uma dança, uma tradição, uma comida etc.) protegido oficialmente por algum órgão governamental ou não, que proporcione a identificação de um indivíduo ou grupos de indivíduos, gerando um sentimento de pertencimento destes a uma determinada coletividade. (Oliveira, 2022, p.32)

Essa definição vem de encontro à colaboração da comunidade para a promoção e preservação do nosso patrimônio junto ao Poder Público preconizado no Parágrafo 01 do Artigo 216, porém, para além dessa possível colaboração também cria responsabilidades na conservação no sentido em que esse(s) bem(ns) pertencente(s) a essa comunidade pode(m) ser reconhecido(s) como patrimônio(s) pela mesma (para além de uma oficialidade já que esse patrimônio a identifica), afinal se constitui em modo de vida e no lugar de onde esse grupo vê o mundo e os seus semelhantes, conseqüentemente poderão ser também reconhecidos pelos que a visitam e observam nesses patrimônios singularidades que diferenciam aquele lugar em relação a si próprio e aos outros e portanto devem ser preservados e valorizados por todos.

E necessariamente para a discussão aqui proposta e reconhecida por nós como de extrema importância do papel que os patrimônios devem exercer em relação às comunidades que os detêm e os protege é que pensamos estes como sendo para Maldonado (2009):



O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. (p. 29)

E que, para o mesmo autor:

O turismo não deve competir nem, e menos ainda, suplantar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência de tais povos. É concebida como um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa sabedoria e maestria. (Maldonado, 2009, p. 30)

DEFINIÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Os usos, as apropriações do patrimônio cultural pelo turismo, como já se sabe, não se constitui em uma novidade. Essa é uma relação antiga e desde o nascimento do turismo como prática social, cultural e econômica e em momento posterior no processo de massificação deste, foi uma das primeiras a se estabelecer. Inspirada nas visitas realizadas em forma de rito de passagem, comumente denominadas de **Gran Tur**, primeiro pela aristocracia europeia e depois pela mesma (caso da Inglaterra) e pela alta burguesia não somente da Europa como a americana (a estadunidense em destaque) entre outros, adentrar equipamentos histórico-culturais transformados em equipamentos turísticos só aumentou entre o final do século XIX e o início do século XXI⁹.

Uma relação sempre buscada e estimulada, por ser muito produtiva, não só por governos nacionais, estaduais e locais ou pelo empresariado, como também por órgãos internacionais que produziram documentos encorajando tal relação a exemplo da Resolução de São Domingos (1974) e da Carta do Turismo Cultural (1976). A Resolução de São Domingos foi fruto do I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, promovido pela Organização dos Estados Americanos – OEA e pelo governo da República Dominicana e em suas conclusões defendia: “Sendo o turismo um meio de preservação dos monumentos, os planos de desenvolvimentos turístico devem constituir uma via mediante a qual, com a utilização de alto nível técnico, se logrem objetivos importantes na proteção e preservação do patrimônio cultural americano”. (OEA, 1974)

⁹ Para termos uma ideia dessa ampliação nos números de instituições culturais criadas entre o século XIX e o século XXI observemos o caso brasileiro, conforme Oliveira (2019, p. 69-70), as instituições museológicas criadas até o final do século XIX eram em número de 10. Até o final da década de 1950 esse número tinha aumentado para 135. Com o advento da Nova Museologia na década de 1970 esse número cresceu bastante e por fim com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM na década de 2000 e com a realização por essa instituição do número de museus existentes no Brasil chegamos a 3967, sendo 30 desses administrados diretamente pelo instituto. Em relação ao número de Centros Históricos ou mesmo conjuntos urbanos, um dos primeiros reconhecido pelo IPHAN foi o da cidade de Ouro Preto, seguindo-se Mariana, Diamantina entre outras. Até o atual momento são 88 conjuntos urbanos sob proteção do instituto dispostos da seguinte forma: 68 já tombados, 03 contando com tombamentos provisórios, 14 em processo de rerratificações, 01 tombamento emergencial, 02 anexados (sendo: um tombado e um tombamento provisório). Basicamente a totalidade desses equipamento histórico-culturais sendo apropriados e utilizados como equipamentos turísticos.



Na linha de aproximação entre as políticas públicas de patrimônio e as do turismo, teremos em 1976 na cidade de Bruxelas a reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, com a produção da **Carta do Turismo Cultural**, que apresentava a importância de se manter e ampliar essa parceria no tocante a utilização do patrimônio pelo turismo, principalmente pelo fato de “O turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade” (IPHAN, p. 1). Bem como ressaltava a importância do Turismo Cultural afirmando:

O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (IPHAN, p. 2)

Ter-se-ia em vista a possibilidade de, em se implementando essas políticas, ocorrer uma ação reflexa na área de entorno dos referidos patrimônios, gerando a constituição de um mercado consumidor, baseado principalmente no poder de compra dos turistas, e a possibilidade de geração de renda para quem comercializava assim como de recursos (através do recolhimento de impostos) a serem investidos na manutenção dos próprios monumentos.

Em perspectiva nacional, no ano de 1973 foi implementado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, cidades essas localizadas na região Nordeste, com um montante de recursos bastante elevado em se tratando da preservação/conservação de patrimônio histórico, ocorrendo no ano de 1975, a expansão do Projeto para os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Um detalhe importante da implantação do programa e de controle, por parte do Governo Federal, foi à solicitação feita aos Estados através do Programa de Restauração e Preservação para o período 1976/1979, para que estes indicassem, entre outras coisas: os monumentos a serem restaurados; o cronograma de execução; os roteiros turísticos; as fontes de onde seriam retiradas as contrapartidas exigidas aos Estados, além da programação de cursos para a formação de recursos humanos e a geração de empregos nas áreas atingidas, bem como o apoio às atividades culturais para a valorização dos monumentos históricos. Pois bem, a partir desse período irá ocorrer de forma mais contundente a inclusão do patrimônio cultural (sua preservação, salvaguarda e possíveis formas de apropriação) também nas Políticas Nacionais de Turismo e nos Planos Nacionais de Turismo, inclusive com a destinação de verbas federais, estaduais e municipais.

Se faz interessante observar que esse processo de apropriação do patrimônio cultural pelo turismo cultural nem sempre foi visto com muitos bons olhos, principalmente pelos estudiosos e defensores dos bens patrimonializados, o que gerou grandes debates sobre a efetiva preservação, o uso exacerbado sem levar em conta questões como capacidade de carga ou mesmo controles de fiscalização mais rígidos nos momentos das visitas para se evitar possíveis degradações. Esses debates contribuíram para novas formas de se atuar e de gestão relacionados a esses bens, incluindo aí a discussão sobre a sustentabilidade desses usos, da criação de processos de empatia do



visitante em relação aos patrimônios visitados, bem como o reconhecimento da necessidade de ações mais efetivas para garantir a preservação/conservação dos mesmos.

Conforme a OMT (2010 apud Zamignan, 2001, p. 4):

Aponta-se atualmente para uma nova demanda turística, a qual é formada por consumidores mais informados e conscientes, que tem outras prioridades e que manifestam motivações mais complexas e variadas que em décadas passadas, caracterizada pela forte massificação e pelo status. Diante da problemática ambiental que a sociedade atual está enfrentando, estes novos turistas demonstram ter maior consciência ecológica e preocupam-se com a conservação da autenticidade cultural das comunidades tradicionais.

Podemos a partir daí falar em mudanças no perfil de um tipo de turista e até mesmo da forma de fazer turismo nas últimas décadas. O turista cultural contemplativo que visitava um museu, um centro histórico, assistia a uma determinada manifestação cultural, experimentava uma determinada gastronomia, passou para além de querer se informar sobre tais processos a querer vivenciar tais processos. Passou a querer não só conhecer como também participar de determinadas experiências criando assim memórias afetivas e incorporando essas práticas a sua própria história, procurando conhecer a população local e sua forma de vida. Passou a se interessar mais ainda pelos aspectos locais, a exemplo da gastronomia ou da música. Somou-se a preocupação com o patrimônio cultural a preocupação com o patrimônio ambiental. Passou a apreciar as diferenças culturais e a reconhecê-las na perspectiva da diversidade e da multiculturalidade entre os países, procurando encontrar autenticidade nas experiências reais quando busca interagir com os destinos e seus habitantes, conforme as citações a seguir:

O estudo da autenticidade é relevante à medida em que as novas formas de consumo e o novo comportamento que os turistas vêm desenvolvendo com os destinos turísticos demonstram, cada vez mais, a busca por experiências próximas ao que se entende por questões culturais originais, visita a locais menos turísticos e maior relação com locais e seu dia a dia. O que se exemplifica por meio das novas formas de consumo colaborativo, turismo criativo e surgimento de plataformas como o *Couch Surfing*, *Rent a Local Friend*, dentre outros. (Matos e Barbosa, 2018, p. 164)

Ou ainda:

Para que a compreensão da autenticidade seja coerente e relevante com o que ocorre nas experiências turísticas, não se pode isolar aspectos físicos, aspectos sociais, questões individuais dos consumidores, questões individuais dos prestadores de serviço e questões individuais da população local. (Matos e Barbosa, 2018, p. 164)

É nesse novo contexto em que se insere o Turismo de Base Comunitária – TBC., definido pela WWF-Internacional (2001, p.2) como sendo:

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte dos seus benefícios para as comunidades locais.



Ou conforme Decreto nº 9.763¹⁰, de 11 de abril de 2019, da Presidência da República para o desenvolvimento do TBC em Unidades de Conservação – UC:

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

Possuir o controle efetivo sobre o próprio desenvolvimento, participar do planejamento e das tomadas de decisão, reter a maior parte dos benefícios gerados a partir da prática turística, protagonizar na teoria e na prática, garantir a qualidade de vida, garantir a sustentabilidade do modo de vida, valorizar a história e a cultura da população do território onde se desenvolve essas ações, **empoderamento**. Efetivamente uma nova e mais democrática forma de promover/fazer turismo. Uma nova forma que não concorda com a exploração e o possível abandono dos territórios, atitudes que relegam as comunidades exploradas a continuidade da condição de pobreza e do não reconhecimento da importância cultural dos seus saberes e das suas tradições.

Em contraposição a essa antiga forma de fazer turismo é que Carvalho (2007) afirma que "o turismo comunitário destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local". Empoderamento é sim a palavra mais correta para se referir a essa nova forma de fazer turismo. Tipo novo que em seus princípios ou características promete/promove a experiência aos turistas das vivências cotidianas das comunidades onde essa prática é/será realizada. Empoderamento alicerçado no protagonismo comunitário que leva ao exercício da solidariedade e a cooperação em contrapartida ao individualismo, possibilitando a partilha dos benefícios de forma justa entre os atores, portanto toda a comunidade, envolvidos com a atividade, promovendo equidade social, assim como, o acesso com transparência para todos os participantes/envolvidos, das informações ambientais, sociais e financeiras.

Empoderamento que proporciona através da sua prática e do seu desenvolvimento bem planejado a conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio cultural local, possibilitando um processo de reconhecimento, publicização e consequentemente valorização da cultura dos povos e comunidades locais, envolvendo e estimulando sempre que preciso, o compartilhamento das suas histórias e da memória coletiva pelos indivíduos componentes dessas comunidades. Esse processo leva a reais trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, proporcionado partilhas culturais consubstanciando-se como processo educativo para todos que dele participam, promovendo tanto para o visitante quanto para os visitados, o desenvolvimento de competências (experiências) que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio através das atividades oferecidas.

¹⁰ O Decreto nº 9.763¹⁰, de 11 de abril de 2019 tem por objetivo regulamentar o disposto no inciso XI do **caput** do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.



COMO ESSES DOIS CONCEITOS SE RELACIONAM – A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Evidentemente que o TBC não pode ser pensado como uma fórmula disposta a ser reproduzida em toda e qualquer comunidade. Partimos do princípio de que cada comunidade tem as suas especificidades e se diferenciam umas das outras principalmente pelo fato de serem compostas por pessoas diferentes, com cada uma tendo perspectivas, anseios e vontades diversas. Para além de um modelo acreditamos que essa forma de fazer turismo tem os seus princípios, suas motivações e em se atentando para eles (princípios) podemos vê-la mais como uma forma de gestão do que como um padrão/exemplo de aplicabilidade em todo e qualquer lugar.

Forma de gestão que valoriza os diversos saberes e fazeres da comunidade, procurando valorizar e proteger a história e a memória desta, bem como também valorizar e proteger o seu patrimônio cultural, mais especificamente em relação a sua imaterialidade, como algo que diferencia, diversifica e dá identidade. Podem ser lugares sagrados e ritualísticos, pode ser um tipo de produção gastronômica, pode ser uma forma de cultivo dos alimentos a serem usados nas diferenciadas produções gastronômicas, pode ser o trato e o convívio com a natureza através da constituições de trilhas pelos territórios ocupados, pode ser a produção de artesanato com diferentes tipos de elementos retirados/coletados na natureza, pode ser a produção de cerâmicas utilitárias e/ou decorativas, entre várias outras possibilidades.

A identidade ou os valores identitários, tanto na perspectiva individual como na perspectiva coletiva, são de extrema importância para a gestão do turismo via TBC pois cria o sentido de pertencimento e de comunidade e levam a esses a pensarem de forma compartilhada as ações a serem desenvolvidas que promovam o desenvolvimento local e mesmo com anseios individuais passem a trabalhar em conjunto. O desenvolvimento comunitário é o desenvolvimento conjunto e de todos os membros do grupo. Como dito anteriormente, o TBC empodera, pois quando observado ou observamos os seus princípios e os temos como norteadores da prática de gestão consequentemente teremos o controle por parte das comunidades dos seus destinos e da forma como estas vão lidar com o fazer da prática turística em seus territórios.

Em outra perspectiva e não menos importante, a relação estabelecida entre preservação do patrimônio cultural imaterial, gestão turística via TBC e consequentemente o sentimento de pertencimento via criação/consolidação de valores identitários produzem uma atitude da comunidade em relação a quem os visita de outra monta. A defesa desse patrimônio como algo pertencente ao grupo e como expressão deles é colocada em outra condição, em outro patamar, levando “aos de fora” a obrigatoriedade de reconhecimento e de valoração desses saberes e fazeres como algo importante e criando empatia para que esses (turistas) em conjunto com aqueles (comunidade) auxiliem na preservação/conservação dessas práticas identitárias e identificadoras.

Exemplificando essa relação gostaríamos de trazer duas experiências. Apresentaremos dois Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) que desenvolvem atividades/ações de TBC, tendo inclusive os seus patrimônios reconhecidos pelo IPHAN como patrimônios culturais imateriais brasileiros. Os referidos sistemas são: a) O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, no Amazonas – AM; b) O Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, em São Paulo – SP. registrados por suas importâncias culturais e pela preservação da natureza. Ambos de abrangência local (delimitados aos Estados do Amazonas e São Paulo respectivamente).



Ambos registrados no Livro dos Registros dos Saberes por determinação do Conselho Consultivo do IPHAN. O primeiro foi a inscrição de nº 08, na data de 05/11/2010 e o segundo foi a inscrição de nº 13, na data de 20/09/2018.

Os SATs constituem-se na vasta experiência acumulada por séculos fruto dos conhecimentos que datam as comunidades nativas existentes no Brasil anteriores a chegada dos portugueses ou mesmo de origem africana quando da chegada dos povos escravizados ao nosso país. Esses saberes foram transmitidos de geração a geração por meio da oralidade e na observação das vivências práticas, conformando maneiras de olhar e tratar a natureza, avaliando e promovendo decisões acertadas referentes ao uso e ao manejo dos recursos naturais, da forma mais correta possível, para a agricultura. Consequentemente produzem ensinamento práticos, produzindo trocas de saberes, promovendo as formas de sentir e de criar ligadas a produção agrícola.

O SAT – Rio Negro faz parte da vida cotidiana de mais 80 mil pessoas moradoras da região, integrando 23 etnias indígenas, sendo a mandioca o principal produto produzido nesse sistema. A produção desta (bem como dos seus subprodutos e em especial a farinha de mandioca). Para além da produção de mandioca, existe também o plantio de outros produtos como vegetais e frutas a exemplo da batata doce, do milho, do abacaxi e do cupuaçu, existindo também a produção de mais de 300 tipos de plantas usadas para medicina tradicional e rituais fitoterápicos. O reconhecimento como patrimônio cultural imaterial reuniu uma série de variáveis que foram levadas em conta pelo pessoal técnico e pelos conselheiros do IPHAN, entre eles: a grande importância para aquelas populações amazonenses; pela preservação e conservação da biodiversidade promovida pela valorização e promoção das tradicionais práticas de cultivo que garantem a conservação da floresta; pelas riquezas dos saberes transmitidos de geração em geração; pela grande diversidade das plantas e os modos de produzir que garantem a sustentabilidade; pela autonomia conferida as famílias e promotora do desenvolvimento local.

Como uma prática agregadora de valor também é realizado o TBC na região e esse SAT é apresentado para os turistas como parte constituinte do processo. Os roteiros denominados de Serras Guerreiras de Tapuruquara¹¹, começaram a ser realizados no ano de 2017, sendo promovidas 13 expedições até o ano de 2019 quando foram interrompidos por conta da pandemia do Covid-19. As serras ficam localizadas na cidade de Santa Isabel do Rio Negro (cuja antiga denominação era antiga Tapuruquara), nas Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II. As visitas são guiadas pelos moradores das comunidades indígenas e tinha previsão de retorno para os meses de outubro/novembro do corrente ano. Um roteiro é denominado **Maniaka** que conta com um período de nove dias de imersão, com vivências e convivências na cultura dos povos originários daquela região. O outro roteiro é denominado **Iwitera** e só será possível realizá-lo a partir do próximo ano já no mês de janeiro.

As Expedições Serras Guerreiras de Tapuruquara são viagens de experiência para apresentar ao visitante o nosso território e nossos modos de vida. Elas são realizadas anualmente entre agosto e fevereiro em conjunto pelas comunidades indígenas, pela ACIR (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas) e pelos nossos parceiros

¹¹ Conforme “contam os antigos que essas serras alinhadas eram um grupo de guerreiros que desceu da Colômbia para travar uma batalha contra a serra localizada do outro lado do rio. Amanheceu o dia, os guerreiros viraram pedra e ali estão até hoje”. (<https://www.serrasdetapuruquara.org/> - Acesso em 12/11/2023)



operadores o que garante a maior divulgação, para recebermos mais visitantes, e a comercialização dos nossos roteiros com segurança. (Serras de Tapuruquara, 2023)

Além da ACIR, também são desenvolvedores e colaboradores do projeto de turismo de base comunitária a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), contando com a parceria do Instituto Socioambiental (ISA) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). As expedições geralmente partem de Manaus em barcos que levam os visitantes até as comunidades e incluem alimentação e todas as atividades previstas para serem realizadas durante os roteiros. Uma das atividades é a visita ao SAT com ida as roças e plantações. Além de conhecer a região é esperado que os visitantes desenvolvam o sentimento de defesa da preservação da floresta amazônica a partir da imersão do modo de vida dos anfitriões. A empatia é criada a partir da vivência e do aprendizado dos costumes, das tradições, dos modos e estilos de vida e pela valorização e aproximação com o patrimônio cultural destas.

Dormir em rede e tomar banho de rio são parte da experiência, assim como os passeios em canoas tradicionais entre praias e ilhas, as trilhas na mata (orientadas pelo modo indígena de se relacionar com o ambiente) e as subidas de serra explorando paisagens inacreditáveis. A imersão cultural inclui festas, danças e rituais, além de conhecimentos tradicionais de agricultura, o cultivo na floresta, o modo de preparar farinha, beiju e outros pratos típicos, a confecção de artefatos e utensílios de fibra e cerâmica e as histórias e mitos que explicam os significados de cada processo. (Serras de Tapuruquara, 2023)

O SAT – Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira abrange uma total de 19 comunidade remanescentes de quilombos localizadas em seis municípios pertencentes ao Vale do Ribeira e nas adjacências da Unidades de Conservação de Mata Atlântica e nomeados em ordem alfabética das cidades aos quais pertencem: Mandira, em **Cananéia**; Abobral Margem-Esquerda, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, André Lopes, Galvão e São Pedro, em **Eldorado**; Poça, em Eldorado e **Jacupiranga**; Nhunguara, em Eldorado e **Iporanga**; Piririca, Maria Rosa, Pilões, Bombas, Praia Grande e Porto Velho, em **Iporanga**; Morro Seco, em **Iguape**; e Cangume, em **Itaóca**. O seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil se deu pelas, e para ampliar as “ações de salvaguarda já realizadas por grupos quilombolas da região, com atividades de valorização das técnicas agrícolas tradicionais, proteção da floresta, estruturação de cadeias de comercialização, educação e transmissão de conhecimento, formação de pesquisadores, visibilidade e adequação da legislação ambiental”. (IPHAN, 2023)

Esse sistema caracteriza-se por se tratar de “um conjunto de práticas e conhecimentos agrícolas, ecológicos, sociais, religiosos e lúdicos que resultaram da experiência histórica dessas comunidades afrodescendentes no Vale do Ribeira” (DPI/IPHAN, 2018, p. 03). Esses conhecimentos terminaram por produzir “um modo de vida baseado na roça de coivara (também chamada de agricultura itinerante), os quilombolas manejaram o espaço com um padrão de ocupação itinerante, organizando o tempo em função do calendário agrícola” (DPI/IPHAN, 2018, p. 03).

Nesse sistema o plantio da mandioca também tem uma grande importância e para além desta, o milho, o feijão e o arroz se constituíram como os principais cultivos (eixo estruturante) dos alimentos produzidos por essas comunidades quilombolas e garantidores do seu modo de vida. Procura-se a partir dos conhecimentos tradicionais do plantio (muitos deles oriundo do período colonial) a conservação da agrobiodiversidade promovendo a proteção da floresta pertencente a essa região e que se diga de passagem, região que abriga aproximadamente um quinto do que sobrou de



Mata Atlântica no Brasil, sendo essa área considerada a maior área contínua desse ecossistema no país.

Muito além de uma atividade econômica, o plantar e colher estabeleceu as trocas com a natureza, os laços de parentesco e compadrio, a fabricação de materiais para o uso diário, a expressão do divino e as manifestações religiosas, de música e dança, transmitidos entre as sucessivas gerações que ali moraram.

O turismo de base comunitária do Vale do Ribeira começou a ser desenvolvido mesmo antes do reconhecimento do SAT como patrimônio cultural imaterial brasileiro e data do início dos anos 2000, quando se começou a estabelecer as primeiras ações. A partir da construção do Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira realizado pelo Instituto Socioambiental em parceria com as comunidades. “O inventário revelou para a gente o quanto ainda havia de desconhecido na cultura das comunidades quilombolas aqui da região” (SESC/SP, S/D, p. 12), conforme Raquel Pasinato, coordenadora do processo de produção do Inventário Programa Vale do Ribeira do ISA. Segundo ela foi quando “Então começamos a compreender que era preciso fazer alguma proposta no sentido do turismo de base comunitária, que fortalecesse essa frente, naquele momento em desenvolvimento só no Ivaporunduva e de forma muito inicial no [Comunidade Quilombo do] Mandira.” (SESC/SP, S/D, p. 12)

A partir dessas constatações o Quilombo Ivaporunduva começou a receber escolas com a ampliação para visitação turística mais especificamente em seguida. Registre-se que no Ivaporunduva, a primeira fonte de renda está baseada na produção da banana orgânica, atividade que além de garantir a não contaminação da população da comunidade com agrotóxicos, permite que sejam conservados os “mais de 70 rios, riachinhos e nascentes que brotam ou cruzam o território do quilombo” (SESC/SP, S/D, p. 07).

Hoje a segunda maior fonte de renda é o turismo de base comunitária que segundo Benedito Alves da Silva – o Ditão, o quilombo comporta a visitação de ao menos dois ônibus por dia, pois tem infraestrutura e recursos humanos para tal monta já que conta com “uma pousada que acomoda até 60 pessoas em quartos coletivos. Espaço de venda de artesanato, sobretudo artigos feitos com a fibra da bananeira trabalhada em teares que são mostrados aos turistas em oficinas temáticas” (SESC/SP, S/D, p. 10). Essa experiência bem-sucedida antes da pandemia contava com mais de 200 (ônibus) visitas anuais e que estavam sendo retomadas ao longo desse ano.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO RIACHO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A região do Seridó é uma área conhecida por suas características geográficas únicas, seu clima semiárido, sua cultura rica e sua história marcante, com influência indígena, africana e europeia. A música, a dança e as festas populares desempenham um papel importante na vida local; a produção artesanal de cerâmica é uma tradição secular na região e a culinária do Seridó inclui pratos tradicionais como a carne de sol, o queijo coalho, a paçoca, a carne de bode e as linguiças artesanais. Sobre todos esses elementos, não se pode negar a contribuição do povo africano, em especial escravos fugidos ou escravos e seus descendentes, na construção da identidade seridoense (CAVIGNAC, 2008).

As comunidades quilombolas do Seridó do RN são grupos étnicos descendentes de africanos que foram trazidos como escravos na época da escravidão do Brasil, e após a abolição da escravatura em 1888, muitas dessas pessoas contribuíram para a formação



dessas comunidades. Os quilombolas são grupos de pessoas com uma história de resistência, com cultura e tradições únicas que foram transmitidas ao longo das gerações, tais como, a língua e a tradição oral, os personagens importantes, a musicalidade, a história, o artesanato, a dança, os rituais religiosos e a culinária, por exemplo. Sendo estes, representantes da história e da cultura afro-brasileira. Apesar dessa trajetória de resistência e luta pela liberdade e autonomia que deveria ser permeado pelo respeito e pela admiração, o que se percebe, em pleno século XXI, é o enfrentamento de desafios que ainda são vivenciados por esses povos, como por exemplo, o acesso a serviços básicos como saúde e educação, falta de oportunidades econômicas e o reconhecimento legal de direitos territoriais e culturais.

A partir de um estudo de observação participante com indivíduos da comunidade quilombola Negros do Riacho, distante 10km do centro da cidade de Currais Novos/ RN, foi possível uma análise interpretativa sobre os desafios e as oportunidades que essas pessoas enfrentam em nosso tempo. Faz-se de suma importância estudos em prol das comunidades quilombolas, visto a necessidade de preservação histórica e cultural desses povos, a promoção da justiça social e racial, o desenvolvimento sustentável, a inclusão e o empoderamento. Com base nos dados coletados, a comunidade em estudo, possui inúmeros desafios a serem enfrentados em nome do desenvolvimento benéfico deste agrupamento social. O primeiro deles é a necessidade de uma autovalorização, observou-se uma ausência de consciência quanto ao seu valor. Tal fato se expressa em suas falas, suas feições e na sua forma de viver, como se estivessem resignados com as inúmeras faltas e com o distanciamento da política pública. Sobre isso, a ausência de políticas públicas é outro desafio enfrentado por essa comunidade, seja desde a limpeza das vias até a saúde pública.

Foi percebida muita sujeira na área, sinal de falta de coleta de lixo, e quanto à saúde, existe um container adaptado para o atendimento ao público que conta com atendimento médico em um dia na semana. A carência de serviços básicos e a falta de estruturas adequadas, impactam diretamente no bem-estar e no desenvolvimento dessas populações. Outras dificuldades enfrentadas por essa comunidade é o acesso à água e de uma estrada de mais fácil acesso. Obviamente, é necessário reconhecer que a localização onde a comunidade está assentada se trata de uma área rural, com suas características e particularidades próprias de sertão, portanto, tem ali condições específicas dessa área geográfica, como estradas de barro, aclives e descidas que podem dificultar o acesso de alguns tipos de transportes, como carros baixos por exemplo, dificultando também o transporte em alguns tipos de situação emergencial, como a de saúde, por exemplo.

Localizados em meio a uma área árida, não podem contar com a atividade da agricultura visto a dificuldade de acesso a água e de elementos naturais adequados no solo que os permitam plantar e colher. Esta situação os obriga a ter que comprar alimentos básicos que eles mesmos poderiam produzir para alimentação própria e de seus animais. E para poder comprar, necessitam ter meios que os permitam ter acesso a renda. Em suma, esta comunidade sobrevive de serviços prestados no comércio do centro da cidade de Currais Novos, de auxílio do governo, de comércio informal entre eles mesmos, como bares, e venda incipiente de um produto artesanal, panelas e outros utensílios de barro.

A comunidade Negros do Riacho é conhecida pela fabricação das panelas de barro, ou seja, arte identitária ancestral que os caracteriza, mas que infelizmente vem perdendo lugar devido à falta de reconhecimento, de prestígio, de valorização e de interesse dos mais novos em aprender e perpetuar a técnica. Em um determinado ponto



da estrada, já no município de Currais Novos, havia uma grande panela de barro que indicava que ali era a entrada para a comunidade Negros do Riacho, isto é, esta panela feita pelas próprias pessoas da comunidade estava ali na estrada como expressão da identidade cultural daquele povo para todos aqueles que por ali passassem. Porém, por falta de reparos a grande panela não aguentou a ação do tempo e veio abaixo, sendo substituída por uma parede de cimento em forma de panela.

Esta obra apesar de querer indicar o que antes indicava, não possui as mesmas características, passando muitas vezes despercebido por quem passa na estrada e sendo motivo de conflito na própria comunidade, pois eles não foram convidados a participarem do processo de elaboração desse painel. Trata-se de um simples painel de cimento em um trecho recuado da estrada sem nenhum tipo de sinalização, pintura ou decoração. O que antes se tratava de uma panela de barro original em tamanho aumentado, hoje trata-se de uma simples parede de cimento em forma de panela sem cor alguma. Evidencia-se aí mais um desafio enfrentado pela comunidade em questão, a não participação comunitária nas decisões políticas que impactam à própria comunidade.

A técnica do fazer panelas de barro é ancestral, ou seja, é proveniente de um saber que foi passado de geração em geração, mas que infelizmente não possui tanto prestígio entre os próprios indivíduos. Eles próprios não reconhecem como deveriam, é possível perceber isso no valor baixo cobrado por cada peça. Além disso, um outro ponto que chamou atenção é a falta de trato e manejo utilizado na fabricação de cada uma das peças, as poucas pessoas que ainda fazem possuem uma técnica que claramente necessita de melhoria no preparo e finalização de cada um dos utensílios, deixando-as com um acabamento de melhor qualidade. Esta situação pode ser proveniente de não perceber muita expectativa e valor deste saber-fazer, fato comprovado no escasso número de pessoas que ainda realizam este trabalho, ficando limitado às pessoas mais idosas da comunidade, e/ou a falta de conhecimento para melhoria das peças.

Esta arte feita totalmente artesanal, como a elaborada por eles, não é apenas o fazer uma peça de uso doméstico, além de representar fonte de sustento ou renda complementar, é a história e herança cultural ancestral de um povo marcado pelas lutas, pela desigualdade de oportunidade e por muito sofrimento. É assim que estas peças deveriam ser vistas, representação material da cultura e identidade de um povo que os permite ampliar as oportunidades econômicas limitadas.

Quanto às oportunidades econômicas limitadas, uma realidade observada é que eles possuem um espaço destinado a ser uma espécie de memorial, mas por falta de verba para manutenção, está fechado. Este espaço poderia ser aproveitado em função do enaltecimento do pertencimento local, da educação patrimonial, para oferecimento de oficinas de conscientização identitária, capacitações para melhoria da técnica do fazer panela de barro, para discussões comunitárias, para recebimento de turistas provenientes do Geoparque Seridó, entre outros fins comuns. Ou seja, um local com a finalidade de ser de uso público, onde houvesse proveito e benefício à própria comunidade, mas que está fechado sem nenhum tipo de uso.

A conscientização pública e o apoio governamental são essenciais para criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas, reconhecendo que historicamente enfrentam desafios diversos, mas que necessitam ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão, despertando o mais urgentemente ações afirmativas que estimulem o empoderamento em prol do fortalecimento dessas populações, a ampliação da educação, sobretudo educação patrimonial,



empreendedorismo e luta a políticas públicas efetivas que garantam o acesso às necessidades específicas desse povo.

Apesar de todas essas dificuldades observadas na imersão a essa comunidade, ainda assim é possível vislumbrar oportunidades que se com interesse e bem administradas podem vir a serem proveitosas e contribuir para o desenvolvimento benéfico da comunidade quilombola Negros do Riacho junto a gestão de TBC, indo além do elemento econômico, permeando um desenvolvimento que respeite o local, seus habitantes, seus interesses, sua cultura e sua identidade.

As possíveis oportunidades para a empreitada do Turismo de Base Comunitária nesta comunidade em questão demanda primeiramente a criação de um roteiro turístico que os inclua e os incentive enquanto protagonistas. Tal roteiro poderia ser desenvolvido junto às agências, guias e condutores que desenvolvem trabalhos no geoparque Seridó. O roteiro ao Quilombo Negros do Riacho necessita se preocupar com a história, com a cultura e as tradições locais, incluindo visitas a pontos fundamentais como a contação de histórias e relatos com as pessoas mais idosas da comunidade; o oferecimento de atividades que envolvam os visitantes na vida cotidiana da comunidade como a vivência com a fabricação das peças de barro; e na oferta de produtos culinários, por exemplo.

Além disso, integrar algum tipo de celebração cultural adicionaria ainda mais valor e autenticidade à prática e a experiência, colaborando com a preservação e promoção de suas tradições culturais por meio do turismo. Outra oportunidade observada é o desenvolvimento de educação e sensibilização aos visitantes quanto à causa quilombola, suas histórias, seus desafios e a sua importância para a formação da sociedade brasileira, sobretudo, com a comunidade escolar que poderia ser outro nicho que poderia ser trabalhado na comunidade, o turismo pedagógico.

No tocante a sustentabilidade, é importante que esta forma de gestão, o TBC, garanta benefícios à comunidade local, contribuindo para o seu próprio desenvolvimento social e econômico, permitindo assim a ampliação econômica. Importante mencionar a necessidade da inclusão dos membros da comunidade no planejamento e na tomada de decisões a fim de efetivamente haver o envolvimento comunitário.

Como no mesmo município existe outra comunidade quilombola, a comunidade de Queimadas, é possível a criação de parcerias, ou seja, a criação de uma rede comunitária formada pelos quilombos de Currais Novos e até mesmo de outros municípios próximos. O trabalho em rede fortalece o desenvolvimento conjunto, o compartilhamento de atividades e recursos, e a ampliação das oportunidades (Fernandes, Daniel e Almeida, 2021), sendo assim uma possibilidade de desenvolvimento do turismo para ambas as comunidades.

O saber-fazer peças de barro é o diferencial desta comunidade, diferencial esse que vem a cada dia perdendo adeptos e valor perante os próprios integrantes da comunidade. Esta comunidade tem nesse patrimonial cultural a possibilidade de ofertar um turismo de experiência, um turismo de autenticidade que permita reavivar o desejo dos mais jovens em aprender a técnica e fazer dela seu meio de subsistência. Aliando o respeito e a manutenção aos conhecimentos ancestrais e as tradições de seu povo, a melhoria da sua qualidade de vida, da ampliação das oportunidades socioeconômicas e afirmação ideológica e política por meio de formas eficazes e modernas de atingir um público interessado no seu produto e no que ele pode vivenciar junto ao turismo na comunidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizarmos este artigo gostaríamos de retomar algumas questões abordadas durante a construção argumentativa do mesmo. Primeiramente queremos lembrar a importância do reconhecimento e da promoção do patrimônio cultural e especificamente do patrimônio cultural imaterial pertencente as diversas comunidades tradicionais espalhadas pelo país e composta por indígenas, ribeirinhos, caiçaras e no caso deste texto particularmente as comunidades quilombolas. Todas essas comunidades têm se apresentado como símbolos da resistência pela luta e pelo reconhecimento dos seus territórios (incluindo aí a formalidade, de extrema importância, dos títulos de posse destas) e pela manutenção das suas tradições, bem como pela valorização do seu patrimônio.

Esse saberes e fazeres tradicionais são representados pelos conhecimentos referentes as formas de plantio e manejo dos processos produtivos alimentares, pela produção do artesanato tendo por base diversos tipos de matérias-primas, sejam estas fruto dos plantios realizados, sejam colhidas de forma sustentável nas diversas florestas com as quais essas comunidades convivem harmonicamente, pelas produções culinárias centenárias com seus sabores e odores diferenciados e apaixonantes, na produção farmacológica que se utiliza de plantas medicinais que através de práticas preventivas e fitoterápicas promovem curas e melhorias na qualidade de vida de quem as procuram e consomem, pela produção de uma série de utensílios (a partir do barro, como as louças utilitárias e decorativas ou a partir da madeira colhida nas florestas por exemplos) para uso nas diversas atividades desenvolvidas no dia-a-dia de cada grupo.

Todos esses exemplos citados anteriormente (além de outros que poderíamos listar aqui, como a religiosidade) constituem esse patrimônio cultural que muitas vezes não o são assim reconhecidos pelo fato de fazerem parte do cotidiano, das formas de viver dessas pessoas e serem encarados como algo menor e não valorados por diversas parcelas da nossa sociedade que acreditam que patrimônio somente é representado pelas grandes coisas realizadas ou produzidas por intelectuais, pela arquitetura colonial seja ela militar, civil ou religiosa ainda presente nas nossas cidades históricas, pelas grandes construções como palácios, casarões e teatros neoclássicos, por grandes monumentos em forma de estatuária entre outras.

Na perspectiva da valoração, o uso e a apropriação do patrimônio cultural, se feito o devido planejamento e observado as variáveis minimizadoras de problemas, pelo turismo pode se constituir em uma ótima forma de divulgação e utilização, levando a possibilidades de preservação e conservação e em se tratando do patrimônio cultural imaterial pertencente as essas comunidades a prática do turismo de base comunitária constitui-se em um importante vetor para a proteção desse patrimônio. O TBC como já mencionado empodera. Os seus princípios e objetivos são capazes de produzir o empoderamento necessário das comunidades principalmente pelo fato de um desses princípios ser o protagonismo, o papel de tomador e de tomada de decisão ou decisões que cabem as comunidades no controle/planejamento/organização das práticas turísticas a serem desenvolvidas em seus territórios, procurando beneficiar a todo o grupo, sem hierarquizações ou diferenciações de qualquer tipo.

Dessa forma os dois exemplos apresentados nesse artigo, ou seja, as práticas do turismo de base comunitária desenvolvidos nos dois Sistemas Agrícolas Tradicionais, tanto o do Rio Negro quanto o do Vale da Ribeira (registrados como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo IPHAN) demonstram tanto o empoderamento, quanto o



protagonismo das comunidades que participam no planejamento/execução das propostas como a partir disso promovem a valorização do patrimônio cultural, da história e da cultural local garantido desenvolvimento de forma sustentável e que gera frutos para todos os participantes democraticamente. Evidentemente que as duas propostas têm um histórico de implantação e é muito provável que tenha também registrado a série de percalços por quais passaram até atingir o reconhecimento, os problemas que tiveram que enfrentar e superar constituindo-se esses também em potenciais patrimônios pois reforçaram os laços de comunidade, portanto de identidade, algo fundamental para se obter sucesso nestas ações.

As duas experiências são exemplos, foram anteriormente possibilidades, que deram certo, não podem ser encaradas como simples modelos aplicáveis em qualquer lugar sob qualquer circunstância. As condições reais e objetivas das diversas comunidades podem e na maioria das vezes são diferentes e isso precisa ser observado, porém esses assim como outros tantos exemplos demonstram que é possível se mudar a lógica, a forma por vezes predatória do fazer turístico, que na grande maioria das vezes não reconhece a diversidade cultural, não promovem a sustentabilidade, não se preocupam com a inclusão social e o desenvolvimento econômico fica restrito a poucos, produzindo ainda mais hierarquizações de todo tipo.

REFERÊNCIAS

Andrade, A. R., Oliveira, Oseas de., Maganhotto, R. F. (Orgs.). (2011). *Turismo e Sustentabilidade em Comunidade Quilombolas*. Guarapuava-PR. UNICENTRO.

Carvalho, V. F. Revista Ecotour. (2023, 2 de novembro). *O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável*. http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ==/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel.

Cavignac, J. (2008) *Os troncos velhos e os quilombinhos*. Ruris, 2 (2).

Fernandes, G., Danyel, A., Almeida, H. (2021). *Collaborative Strategies and tourist competitiveness in Medium Mountain destinations: study on the positioning of tourist actors in the natural park of Serra da Estrela*. Sciendo, 11(1).

Fonseca, M. C. L. (2023). *Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memórias e patrimônios: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

IPHAN. (2023, 5 de novembro) *Cartas Patrimoniais: Carta do Turismo de 1976*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

IPHAN. (2023, 5 de novembro). <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>

IPHAN. (2023, 12 de novembro) <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4823/sistema-agricola-tradicional-do-vale-do-ribeira-pode-ser-tornar-patrimonio-cultural-do-brasil>



IPHAN. (2019). Sistema agrícola tradicional do Rio Negro – Dossiê. Brasília, DF.

Maldonado, C. (2009). *O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas*. In: BARTHOLO Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; Bursztyn, I. (Orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro. P. 25-44.

Matos, M. B. de A., Barbosa, M. L. A. (2018). *Autenticidade em Experiências de Turismo: proposição de um novo olhar baseado na Teoria da Complexidade de Edgar Morin*. In: Rev. Bras. Pesq. Tur. São Paulo, 12(3), pp. 154-171, set./dez.

Melo, A. P. R., Barros, M. A. (2021). *Entendendo os princípios do Turismo de Base Comunitária: um caminho para a comunidade*. São Luiz: Secretária de Estado do Meio Ambiente

Oliveira, Almir Felix Batista de (2022). *O Patrimônio Cultural e os Livros Didáticos de História*. Curitiba: APPRIS Editora.

Sampaio, C. A. C., Zamignan, G. (2016, 6 de abril) *Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da micro bacia do Rio Sagrado, Morretes(PR)*. <http://docplayer.com.br/8552906-Estudo-da-demanda-turistica-experiencia-de-turismo-comunitario-da-microbacia-do-rio-sagrado-morretes-pr.html>.

Sansolo, D., Bursztyn, I. (2016, 28 de abril). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. <http://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2404>.

Serras de Tapuruquara. (2023, 12 de novembro). <https://www.serrasdetapuruquara.org/>

Seabra, Giovanni (Org.). (2007). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: UFPB.

SESC/SP. (S/D). *Turismo Social - Quilombo Ivaporunduva: Vale do Ribeira e Litoral Sul* (Cartilha).

Trevizan, S. D. P. (Org.). (2006). *Comunidade Sustentáveis a partir do Turismo com Base Local*. Ilhéus-BA.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 01/12/2023

Aprovado em: 20/12/2023

Received in: December 01, 2023

Approved in: December 20, 2023